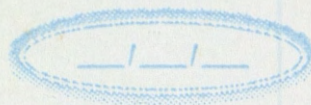


ASSEMBLEIA DA ADUR-RJ

2014

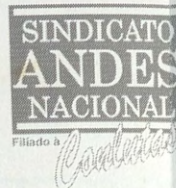
kajoma







ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO
ADUR-RJ S. SINDICAL – ANDES-SN

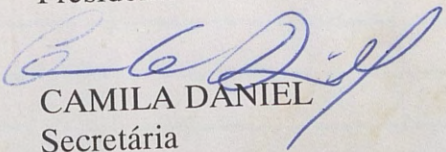


End: RODOVIA BR 465, KM 7 – Campus da UFRRJ
SEROPÉDICA – RJ – CEP. 23.851-970
TEL: 3787-8464 – TELEFAX: 2682-1379
E-mail: adurrij@adur-rj.org.br

**Ata de Assembleia Geral Ordinária da ADUR-RJ S. SINDICAL do
ANDES-SN, realizada no quiosque da ADUR-RJ, em cinco de junho de
2014.**

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e catorze, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da ADUR-RJ S. SINDICAL, com início às 14h, com os seguintes pontos de **1) Informes; 2) avaliação do indicativo de greve nacional; 3) assuntos.** Os trabalhos foram iniciados com o professor Andre, que apresentou o informe sobre a realização do Congresso Indígena Intercultural Maraká'nà (COIREM), que será realizado de 6 a 9 de junho, na UFRRJ, com apoio da ADUR. O prof. Marco Antônio Perruso apresentou os seguintes informes: as eleições da diretoria nacional do ANDES-SN, agradecendo o apoio da ADUR-RJ por garantir a infraestrutura da votação; realização de plenárias das categorias em luta, no Rio de Janeiro, todas as segundas-feiras, às 18h, no SEPE; no dia 12/06 será realizado o ato “Nossa Copa é na rua”. A professora Grasiela, da Diretoria da ADUR-RJ, apresentou informes sobre a reunião do setor das federais, que aconteceu nos dias 24 e 25 de maio. Na reunião foi aprovado o indicativo de greve para junho. Concluídos os informes, foram abertas as inscrições para apreciação do ponto de pauta: “Indicativo de greve”. Sobre o ponto, se manifestaram os professores Andrey, Alexandre, Marco Antônio, Luciano, Lúcia e Palhano. As falas dos professores se coadunaram no sentido de considerar que a categoria não está mobilizada neste momento para uma greve. Os professores Andrey, Alexandre e Lúcia reforçaram a necessidade de reconstruir um projeto coletivo de educação, pauta capaz de conectar as lutas dos professores da universidade com a sociedade mais ampla. O prof. Andrey ainda alertou sobre a necessidade de construção de uma mobilização que provoque efeitos concretos, que de fato pare o sistema de ensino. Encerradas as falas, o ponto foi colocado em votação. Por unanimidade, o indicativo de greve foi rejeitado. Dando prosseguimento à pauta, o assembleia aprovou os seguintes encaminhamentos: 1) fortalecer o comitê de mobilização; 2) resgatar a pauta local construída na greve de 2012 e atualizá-la; 3) Construir a luta e a mobilização; 4) participar das manifestações vinculadas ao “Não vai ter Copa”, mantendo a deliberação da assembleia de quinze de abril de dois mil e catorze. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:40h. Eu, **Camila Daniel**, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo presidente da mesa.

ALEXANDRE PINTO MENDES
Presidente


CAMILA DANIEL
Secretária



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO
DE JANEIRO
ADUR-RJ S. SINDICAL – ANDES-SN



End: RODOVIA BR 465, KM 7 – Campus da UFRRJ
SEROPÉDICA – RJ – CEP. 23.851-970
TEL: 3787-8464 – TELEFAX: 2682-1379
E-mail: adurj@adur-rj.org.br

Ata de Assembleia Geral Ordinária da ADUR-RJ S. SINDICAL do ANDES-SN, realizada no Quiosque da Associação, em dois de julho de 2014.

Aos dois do mês de julho de dois mil e catorze, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da ADUR-RJ S. SINDICAL, com início às 14h, com os seguintes pontos de pauta: 1) **Informes**; 2) **Desenvolvimento na carreira docente e progresso para professor titular** e 3) **Assuntos gerais**. A mesa foi presidida pelo prof. **Heitor Fernandes Mothé Filho** e secretariada pela profa. **Grasiela Cristina da Cunha Baruco**.

1) Ao iniciarem-se os trabalhos o prof. **Alexandre Pinto Mendes** deu informe sobre a reunião do CONSU, na qual se discutiu: (i) a normatização do chamado “saberes e competências” – utilizado para efeitos de progressão funcional – da carreira EBTT, algo que foi aprovado por unanimidade no conselho; (ii) o Código Disciplinar da UFRRJ, tendo sido encaminhado que o mesmo entrará em vigor no dia 15 de julho de 2014, retirando-se a seção IV – que versava sobre a constituição de um grupo de 15 membros que avaliaria processos administrativos e disciplinares e, por fim, (iii) o professor apresentou um documento elaborado pela diretoria da ADUR, no qual se sistematiza e sintetiza o acúmulo de debates feitos no âmbito do GTPE, Conpre e do próprio sindicato acerca das normas para progressão a professor titular. Na primeira parte do documento encontram-se os eixos programáticos/ princípios sistematizados, e na segunda parte do documento encontram-se algumas questões ainda não encaminhadas sobre o processo de progressão. O prof. **Alexandre Mendes** fez então a leitura do documento.

2) O prof. **Joecildo Rocha** afirma: (i) que há divergência na portaria editada, qual seja, o pedido de progressão para professor titular deve levar em consideração o interstício de 24 meses de permanência como associado IV mas o memorial exigido para efeitos dessa progressão não é equivalente a esse período; (ii) que a composição da banca de professores para efeitos da progressão com 4 membros não é algo adequado, dado tratar-se de número par; (iii) como se trata de progressão e não de concurso, como prover infraestrutura capaz de permitir a mesma quando, por exemplo, um número significativo de professores solicitar a mudança de classe? Ou seja, é preciso pensar na questão do provimento financeiro; (iv) defesa de que não se trabalhe com tabelas de pontuação padrão CAPES/ CNPQ para efeitos de progressão e (v) não deve haver comissão prévia para analisar o pedido de progressão para professor titular, dado tratar-se de direito do

professor tal solicitação. A profa. **Ana Cristina S. dos Santos** afirma que, da proposta sistematizada pela ADUR: (i) a avaliação discente deve ser parte componente do desenvolvimento da carreira e ficar a critério dos departamentos; (ii) o intervalo de 25 a 50% para ensino, pesquisa e extensão é mais interessante para fins de pontuação e progressão a titular; (iii) o relatório de atividades para fins de progressão para professor titular deve fazer referência aos dois últimos anos de vida docente (para isso devem haver documentos comprobatórios) e o memorial deve ser referente a toda a trajetória do docente na instituição (não sendo necessário, nesse caso, comprovação – ou seja, o memorial não tem caráter de mero relato de atividades a serem comprovadas). O prof. **Paulo César A.** afirma: (i) que a proposta de avaliação discente, se incorporada, deve ser muito bem conduzida, dado que relações complexas podem surgir no ambiente de trabalho em função desse tipo de avaliação e (ii) que a pré-comissão de avaliação a progressão para professor titular é um fator complicador do debate, mas deve ser meramente burocrática, ou seja, o professor cumpriu os requisitos de progressão funcional deve ter o direito a defesa de memorial. O prof. **Alexandre Mendes** destaca que: (i) a reitora Ana Dantas, em reunião do CONSU, afirmou que haverá a conformação de uma comissão de sistematização das propostas para progressão a professor titular. Nesse sentido, existem propostas sendo feitas no âmbito dos CEPEAS, então seria adequado/importante que a ADUR desenvolvesse junto a base os princípios que a comissão deveria levar em consideração no momento da sistematização; (ii) ratifica que a comissão prévia à banca de avaliação para progressão a titular não faz sentido, dado que o docente tem direito de solicitar progressão após interstício de 24 meses como associado IV; (iii) a importância de não se considerar tabelas, mas somente intervalos percentuais para pesquisa, ensino e extensão, considerando atividades meio (administrativas) com percentual menor que aquelas (atividades fim); (iv) a avaliação de produtividade em pesquisa não deve se basear no sistema QUALIS; (v) não há posicionamento fechado sobre a forma de participação discente nesse processo, apenas se ressalta no documento elaborado a importância dessa participação e a necessidade de se pensar sobre a melhor forma de fazê-la. O prof. **Carlos Domingos** avalia que não seria interessante considerar apenas os dois últimos anos de produção docente, mas sim o tempo na última classe (associado, no caso). Defende, adicionalmente, que o memorial deve sim demandar documentos comprobatórios, dado que podem existir casos de prestação de informação falsa por parte de docente(s). O prof. **João Telhado** avalia que pesquisas efetuadas com recursos provenientes de sistemas de financiamento externos à universidade (CAPES/CNPQ) não deveriam ser consideradas para fins de pontuação/ progressão, ou seja, há que se considerar que a produção científica da universidade está a altura do financiamento disponibilizado. É contrário à constituição de banca externa para avaliação de progressão a titular. A prof. **Marta Fernanda Albuquerque** afirma: (i) que não se deve ter visão CAPES/ CNPQ para fins de pontuação e progressão e (ii) que não se coloque como mínimo de 25% para pesquisa, ensino e extensão, mas sim, como teto de 50% para cada item, apenas. A prof. **Ligia F. Lima Calixto** ressalta que não se deve permitir relacionar pontuação para fins de progressão com pontuação QUALIS, mesmo porque o próprio critério QUALIS se altera. A profa. **Ana Cristina S. dos Santos** afirma: (i) que a portaria 982 não faz referência à CAPES e/ou CNPQ, ou seja, nem mesmo os documentos legais e normativos gerais fazem menção a isso; (ii) que a constituição de banca externa para fins de progressão a titular é normatização posta pela lei/portaria; (iii) o memorial não necessita de comprovação, dado que houve comprovação durante toda a

vida docente, para fins de progressão entre níveis e classes e (iv) a avaliação discente é algo interessante/ importante e deve constar do documento, mas desde que seja trabalhada numa perspectiva de avaliação institucional. O prof. **Helcimar Barbosa Palhano** defende: (i) que não se tenha memorial ou então, caso haja, este deve ser comprovado; (ii) questiona o fato das progressões anteriores entre níveis e classes serem consideradas para fins da progressão a titular, dado que a maioria das progressões são "automáticas"; (iii) propõe que a banca externa avalie os quatro níveis de progressão anterior do docente na classe de associado, e não somente os 24 meses que sucede a progressão para associado IV e (v) pesquisa e extensão não devem ter o mesmo peso que ensino, ou seja, este último deve ter peso maior e atividades de gestão peso menor que 25%. O prof. **Joecildo Rocha** afirma: (i) que a proposta de se trabalhar com o interstício de 2 anos para fins de progressão é sim interessante; (ii) não se deve considerar a proposta de avaliação discente para fins de progressão apenas para professor titular, ou seja, a política de avaliação deve ser continuada e (iii) ratifica que os critérios QUALIS são realmente frágeis porque instáveis. O prof. **Anivaldo Xavier** relatou a preocupação do CTUR com a proposta de progressão a titular apresentada no CEPE, dado que esta não contemplava o EBTT. O tema então assumiu importância no CTUR, tendo se constituído uma comissão para discussão da progressão a titular para o caso do EBTT e esta comissão, em seus trabalhos, se baseou na proposta de progressão do CONIF/CEFETs. Quase todas as colocações feitas até o momento em assembleia vão de encontro com a proposta elaborada no âmbito do CTUR. O prof. **Alexandre Mendes** sistematizou os principais pontos da discussão desenvolvida até aquele momento da seguinte forma: (i) que se leve ao ANDES-SN a questão da composição da banca para progressão a titular, questionando o fato da composição da banca com maioria de membros externos; (ii) a questão da pontuação deve levar em consideração realmente que pesquisa, ensino e extensão tenham um teto de até 50%, mas sem piso; (iii) a questão da avaliação discente não deve ser incorporada no documento, dado que não se trata de debate suficientemente amadurecido, mas destaca-se que há na UFRRJ uma insuficiência de avaliação institucional e esse debate deve ser retomado em algum momento e, por fim, (iv) avalia que o período de avaliação para fins de progressão a titular deve ser de 2 anos (mesmo por uma questão de coerência com o restante da carreira e com as outras avaliações feitas ao longo dela) e o memorial deve levar em consideração toda a trajetória do docente (não sendo necessário comprovação, dado que os casos de prestação de informação falsa por parte de docente(s), se existirem, devem ser avaliados e encaminhados em outras instâncias administrativas da UFRRJ).

Encaminhamentos: (i) no que diz respeito aos eixos programáticos/ princípios sistematizados, foram feitos destaques no documento (o mesmo segue abaixo já com as alterações deliberadas em assembléia) e (ii) as deliberações referentes às divergências levantadas na segunda parte do documento também constam na sequência. Por fim, deliberou-se pela necessidade de discussão futura acerca da participação discente no processo de avaliação institucional.

EIXOS PROGRAMÁTICOS/PRINCÍPIOS:

- Equilíbrio entre ensino, pesquisa, extensão e gestão na composição de pontuação para avaliação (modelo deliberação 40/1985). Norma geral do CEPE não precisa detalhar as pontuações de cada bloco.

- até 50% - Ensino

- até 50% - Pesquisa

- até 50% - Extensão

- 25% - Gestão

- Dar importância ao ensino de graduação e EBTB na avaliação. Pesquisa, por exemplo, pode ser utilizada na formação de quadros em sala de aula. Isso tem que ser considerado. CPPD tem que mapear parâmetros de avaliação do ensino que não o mero cumprimento de carga horária.

- Pesquisa não necessariamente se reverte em publicação/patente/captação de recursos. Avaliação do projeto de pesquisa deve ser feita pelo cadastramento dos projetos no sistema interno e relatórios descritivos das atividades. Direito de inovar e de ir contra os paradigmas científicos. Tabelas do sistema *qualis* não devem entrar na norma geral, até porque isso pode mudar.

- Várias gerações de docentes com projetos de universidades diferentes não podem ter mesmo critério de avaliação. Exemplo: docentes que permaneceram anos como adjunto IV. Dar peso diferenciado ao ensino de graduação nestes casos.

- Sem avaliação prévia; se o docente completou dois anos de associado IV tem direito de pedir a constituição da banca.

- O memorial deve abranger toda a trajetória do docente.

- Na comissão de sistematização do CEPE tem que ter alguém da CPPD.

- PICDT: a falta de política de capacitação docente penalizou o corpo docente nas duas últimas décadas e isso tem impacto negativo no desenvolvimento da carreira docente.

- Avaliação institucional: o ANDES-SN defende que mecanismos internos de avaliação institucional sirvam de parâmetros para diagnosticar as condições de trabalho nas várias dimensões da realidade acadêmica. A avaliação docente mais consistente seria beneficiada pela existência desses mecanismos.

DELIBERAÇÕES NO QUE TANGE ÀS DIVERGÊNCIAS

1 - Temos que defender tabelas? Tabelas têm que ir para os departamentos?

Encaminhamento: não deve haver tabelas

2 - Qual a composição da banca? 4 ou 5 membros? (três não dá a proporção estabelecida pela portaria 982 de 75% de membros externos e 25% membros internos)

Encaminhamento: defesa de que sejam 4 (quatro) membros.

3 - Avaliação de desempenho deve ser só dos dois últimos anos?

Encaminhamento: sim.

3) Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 16:30h.

Eu, **Grasiela Cristina da Cunha Baruco**, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelo presidente da mesa.

HEITOR FERNANDES MOTHÉ FILHO
Presidente

Grasiela Cristina da Cunha Baruco
GRASIELA CRISTINA DA CUNHA BARUCO
Secretária

Correia Chaves <phcchaves@hotmail.com>, Rodrigo Ventura da Cunha Coura <rdcoura@gmail.com>, Rosilene Santos da Silva <rosilene@ufrj.br>, Rosilene Santos da Silva <rosilene671@hotmail.com>, Sérgio Lima de Magalhães <bibliosergio73@yahoo.com.br>, Ueliton da Costa Leonídio <uleonidio@ibest.com.br>, Ueliton da Costa Leonídio <uleonidio@hotmail.com>, Uevérton dos Santos Souza <uevertonssouza@yahoo.com.br>, Maria das Graças de Oliveira <mgoliveira65@yahoo.com.br>, Dúlio da Silva Cardoso <dulio@ufrj.br>, Marco Aurélio de Queiroz Vieira <marcoqueiroz@ufrj.br>, Márcio Silveira e Silva <marciosilveira@ufrj.br>, Nivaldo Dias de Carvalho <nivaldodiasdp@hotmail.com>

I Assembléia dos professores da UFRRJ-ITR

No dia 22 de maio de 2012, foi realizada a reunião dos professores da UFRRJ lotados no Instituto Três Rios, como desdobramento da reunião do dia 17 de maio, com o objetivo de informar **os professores sobre o andamento geral da greve, construirmos nossa pauta local de greve, eleger o comando local de greve do ITR e definir nossos próximos passos**. Nesta reunião, contamos inicialmente com a presença de 26 professores, entre eles a nossa diretora, que, após ouvir os informes e opinar sobre pontos da pauta local, se retirou cordialmente para favorecer a construção da pauta local. Seguindo a pauta proposta na semana anterior, a sessão foi aberta com a divulgação dos temas tratados na reunião realizada na ADUR, também no dia 22 de maio, no campus de Seropédica, pelos professores presentes às duas reuniões. Foram três os que se enquadraram neste caso, todos ressaltando a importância de uma adequação da pauta local à pauta nacional de reivindicação proposta pelo movimento grevista, argumento apoiado pelos demais presentes.

Além disso, foi salientado a importância de envolver não apenas professores, mas também os alunos e a comunidade local na mobilização pró-greve. Foi frisado ainda que a pauta nacional de reivindicações gira em torno de dois pontos centrais: a carreira docente e sua deteriorização, o REUNI e as consequências de ambos na realidade cotidiana de cada universidade. Assim, discutimos como muitas de nossas demandas locais estão inseridas num contexto mais amplo, que se coaduna com as demandas nacionais por mais recursos para as universidades e uma reavaliação dos critérios do seu plano de carreira docente e do piso salarial. Até a presente data, 41 universidades federais aderiram à greve.

Nós, professores, consideramos este momento de reunião como oportuno para identificar as mais variadas demandas alimentadas pelo corpo docente, para assim, definir os passos a serem seguidos pelo nosso movimento de greve, no Instituto Três Rios. Assim, definimos nossa pauta local de reivindicação através dos seguintes itens:

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

1. Auditoria no REUNI:

- 1.1 Auditoria na obra do ITR;
- 1.2 Audiências Públicas sobre os próximos passos da obra;
- 1.3 Auditoria para verificar a transparência da transferência dos recursos da reitoria para o ITR

2. Precarização da Infra-estrutura:

- 2.1 Laboratórios;
- 2.2 Salas, material e equipamentos

3. Imediata aquisição e catalogação de livros

4. Publicização ampla das atas do CONSUNI;

5. Transparência na gestão de recursos;

5.1 Publicização da execução dos orçamentos anteriores;

5.2 Orçamento participativo sobre os recursos atuais e futuros.

6. Somos contrários à expansão dos cursos do Instituto com a atual estrutura;

7. Divulgação dos critérios e cumprimento dos mesmos na alocação dos transportes;

8. Reposição imediata das vagas cedidas para outras instituições;

9. Segurança desarmada durante o horário de funcionamento acadêmico;

10. Descentralização burocrática:

10.1 Protocolo local;

10.2 catalogação *in loco* dos livros e periódicos;

10.3 descentralização do registro acadêmico;

11. Relações internas de trabalho:

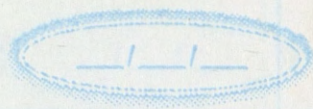
11.1 Convocação de audiências públicas para imediato estabelecimento do regimento interno do ITR;

Definida a pauta de reivindicação e mobilização local, decidimos que nossas próximas ações serão:

AGENDA DO MOVIMENTO DE GREVE DO ITR

DATA	LOCAL	HORÁRIO	EVENTO
24/05	ITR	18h	Participar da reunião de articulação política com os candidatos à reitoria da UFRRJ, afim de colher compromissos.
25/05	ADUR- Seropédica	10h	Reunião do comando local de greve.
29/05	ITR	a definir	Atividade com os alunos (a definir).
30/05	ADUR- Seropédica	13h	Assembléia para aprovação do comando local de greve
31/05	ITR	15h	II Assembléia dos docentes do ITR

Nesta reunião, deliberamos sobre os professores do ITR que se interessam em integrar o comando local de greve. Cada universidade deve definir seu comando local, o que significa que o comando local da UFRRJ será composto por professores dos três campi: Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. Dos



ATA DA ASSEMBLEIA 30/09/2014

1. INFORMES
2. PRECATORIO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
3. SEMINÁRIO ORGANIZATIVO
4. GTs DO ANOES-SN/ADUR
5. ASSUNTOS GERAIS

INFORMES

DIRETORIA.

DENISE - ANÁLISE DE DEBATE (15min) do dept^o de Botânica, aulas práticas. Mencionou o apelo do dept^o à administração e a falta de contraponto. Outros dept^{os} estão melhores. Promessa da pos^{ta} também não foi cumprida (pós do pós). Pedidos não atendidos de equipamento, as compras de aparelhos de baixa qualidade (aparelhos óticos).

ROBERTO (apontou) - Compra de modelos humanos que não vivem e os casos [Biologia humana].

Resolução sem audiência do CORVUM. Houve simpatia do CORVUM à reivindicação aprovaram uma suspensão de uma semana. Proposta é fazer uma manifestação na segunda-feira, na frente dos institutos.

MAYKE - Falou sobre a necessidade de organização. A direção do instituto não vai se opor. Falou sobre as relações e pedidos sobre a reforma do telhado e outros reparos, não atendidos. Relatou a visita de Celso do instituto e suas promessas.

~~ROBERTO~~

A.6. ADUR

15 03 2015

• Informes

• 2da Greve

• Assuntos Gerais

Informes

→ Heiter: CNCG como elegerada.

→ Luciano: Luciano, assembleia 24/03. pauta ind. contínuo de greve. e que fosse enviada pela assembleia.

- Condições financeiras de Rusal

- Comunicado 40 do CNCG

- Medidas do governo - corte de despesas

- Unimed Costa Verde - reajuste - não houve acordo - nova assembleia para decidir - proposta assembleia 3ª feira a tarde.

- Representante do DCE - Vanessa Rochostraks.

- Distribuição das salas de aula

- Questões de segurança - violência contra os estudantes e os estudantes - Apostamento do servidor que estiver envolvido

- Iluminação inadequada - guarda IV, ICHS, questões de acolhimento dos militantes (agredidos).

- Síntese - Iracilda.

- +100 dias de greve - 69 universidades.

- o governo oferece muito água do silo - silos.

- a negociação está com pouco resultado.

- greve 4th abrange a pauta interna.

- comissão de insalubridade tem de ter representante das categorias e não apenas o prof. Pedro e um engenheiro.

- Dam - Hotelaria - professores assaltados. Km 32. levaram as pertences e o carro.

- Tatiana - DCE/ICHS - assessoria jurídica às mulheres que foram sofrer abusos - local - casa do fórum.

- Pauta - item 2

- Indicativo de greve e pauta - comunicado 40.

- Aprovado o indicativo de greve - inscrições.

Luciano - falou da comunidade n.º 40 e quebra
do princípio do socorro. Discussão de carreira.

Carlos - Estamos para estar em greve desde maio, não só por causa
do governo, mas também por questões da rural. Exemplo de salas
que cobriga. Temos prejuízo pessoal, que seja o principal da
greve. Criticou o ADEMI na rural.

ANDREA - Vou contra o que se vive em relação ao contexto para entrar
em greve. Não é o momento para discutir a crise política. Enquan-
to professora é contra a greve neste momento. Dentro de uma con-
juntura económica como esta, o que conseguiremos? Precisamos
nos organizar para uma reflexão de para onde vamos como país.
~~Estamos a pagar uma conta muito alta.~~ Não vamos pagar uma conta muito alta.

ANA CRISTINA - Este momento ainda há um espaço de discussão,
reflexão de conjuntura e organização. A não se tenha um além da
rural e até do país. Menciona a texto do ADEMI INFORMA
sobre greve. 97% do movimento está indo para os banque-
ros. Não sabe até onde a realidade dos actos vai.

HELO - ~~Estamos~~ Se pensarmos racionalmente, temos motivos
ap para pendurar. Uma questão de ~~estratégia~~ estratégia grevista
e depois se temos poder de fogo para ~~conquistar~~ conquistar
tal algo. O acto mereça ponto tal vez seja estrategicamente melhor.
Menciona as greves que venceu. Falou de ~~desincentivos~~ desincentivos em
relação, por exemplo, ao ponto de ponto. Greve para de um lado, de outro.

Palhares - Governo conta com desgaste do tempo prolongado de
greve. Mas temos motivos para uma greve interna. Exemplo da
Anatomia. O que está se discutindo é a questão da greve do
ADEMI. Temos que discutir o indicador de greve pelas me-
didas que estão sendo anunciadas.

- Alexandre: fez retrospectiva sobre a conjuntura relacionada à greve de 2015 (Vigente) e que não exista polarização entre grevistas e não grevistas, também problematizam a forma de condução das greves, exemplificando com a greve de 2012. Uma segunda questão, enquanto coletivo, temos que avaliar ~~essa~~ a atual conjuntura e possíveis políticas futuras que contemplem as nossas pautas e as pautas dos movimentos sociais.

- José: Pontuem os vários pontos de nossa pauta interna, que se agravaram, e apontam que os riscos de repressão em janeiro podem não acontecer.

Dani: Sobre o modelo econômico e os setores que tem influenciado a economia. Em todos os setores a privatização é uma realidade, assim como o avanço das terceirizações.

Palhano: Medidas alternativas à greve? Na assembleia de maio este tema foi discutido, mas não se concretizou. Que cremos ter esta unicidade no futuro?

Lucia: Em defesa do não indicativo de greve e mobilizações permanentes. Vivemos um retrocesso sem tréguas, a direita está muito forte.

Marcelo: Sobre as poucas alternativas de greve, não há ainda nada eficaz como a greve para a defesa de novos direitos.

Andrea: Gestão interna não é participativa.

- Joel: Sobre a pré-graduação e proletores que fazem vagabundagem para buscar deslocamento de membros externos. Devemos fazer aliança só com membros internos para criar fato político. Defendem a manutenção do indicativo de greve.

- Alexandre: Favorável às iniciativas que delibram e realizamos nesse período.

- Mano: o movimento grevista está fazendo pressão por uma greve. Ataque originado pela internet. As greves são pouco eficazes. Procurar métodos criativos.

Indicativo de greve - rejeitado (17 favoráveis
21 contrários)

- CNB (comunicado 40)

Alexandre: fez a mediação do documento do CNB.

—U—

Luciano: Faz a contextualização da proposta do CNB. Menciona os princípios da carreira discutidos em 2014 com a SESU/MG. Expor a destruturação da carreira.

Alexandre: Falou da proposta do CNB. Não é discutir tudo mas a estruturação.

Luciano - Falou da diferença entre Anexo IV e Anexo I. Discutiu as alterações de 2012 em relação à inclusão das propostas de salários e incorporação de títulos.

17

21

- evento sobre carreira
- evento sobre apresentação
- comissão de mobilização

Integrantes p/ comissão de mobilização
Luciano DeQuim LRSUZART@UFRRS.BR
Marco Andre DeQuim (981662669)

decoeresj@yahoo.com.br

DECOERES@yahoo.com.br

Votos unanimi p/ comunicado 40
2 ASBT



Resolução p/ prof. da
base c/ participação

Prot:

Luciano DQUIM

LRSUZART@ufrj.br

Marco Andre DQUIM

DECOERES@yahoo.com.br



Anotações

Telefones Importantes

Nome

Telefone

kajoma

CADERNO FORMATO: 200 x 275
Capa/contracapa: papelão 772g/m² revestidos com papel
offset 120g/m². Folhas Internas: papel offset 56g/m²



ATENÇÃO
Não recomendável
para (crianças) menores
de 03 (três) anos por
conter partes pequenas
que podem ser
engolidas ou aspiradas



Droga Mata.

Central de atendimento (21) 3636-4500

96 FOLHAS



7 897664 253155
CNPJ: 07.716.156/0001-12
INDÚSTRIA BRASILEIRA
www.kajoma.com.br